

sem texto na margem superior desta página; início da ata a partir desta linha.

ATA DA 59ª. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC – 09 de fevereiro de 2015

Aos nove dias do mês de fevereiro do ano de 2015, na sede do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, situada à Av. Ramiro Colleoni, 05, Santo André (SP), às 9h, realizou-se a Quinquagésima Nona Assembleia Geral Ordinária, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Rio Grande da Serra, LUIS GABRIEL FERNANDES DA SILVEIRA e com as presenças dos Excelentíssimos Senhores Prefeitos dos Municípios de Santo André, CARLOS ALBERTO GRANA; de São Bernardo do Campo, LUIZ MARINHO; de São Caetano do Sul, PAULO NUNES PINHEIRO; de Diadema, LAURO MICHELS SOBRINHO; de Mauá, DONISETE BRAGA. Ausente o Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Ribeirão Pires, SAULO MARIZ BENEVIDES. Presentes também o Secretário Executivo, Luis Paulo Bresciani, e os assessores regionais de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Ausente o assessor regional de Diadema.

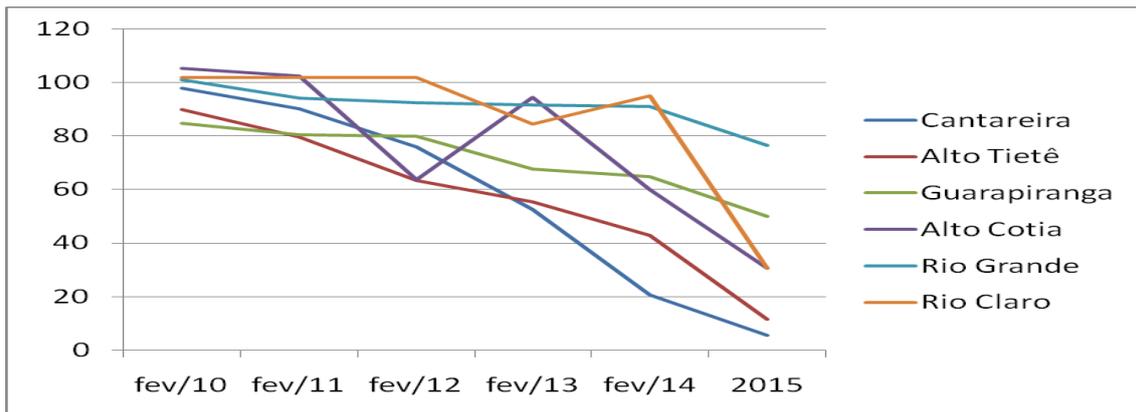
INÍCIO – O Presidente iniciou os trabalhos cumprimentando e agradecendo a presença de todos. Em seguida, deu início à pauta com a APRESENTAÇÃO DO NOVO COMANDANTE DO CPA/M6 da POLICIA MILITAR, Coronel Marcelo Cortez Ramos de Paula. Primeiramente agradece a presença do Coronel desejando boas vindas e pleno sucesso nessa nova jornada e coloca o consorcio à disposição para facilitar essa sinergia entre a Polícia Militar e os municípios. Com a palavra o Coronel Cortez agradece ao presidente e cumprimenta aos demais prefeitos, relatando que teve a honra de conversar com alguns prefeitos e que pretende visitar os demais. Fala da sua expectativa com relação à região do ponto de vista econômico e social, e que tem o prazer em nela residir e agora comandar a PM na região. Se sente extremamente honrado e ao mesmo tempo recebe com humildade e determinação essa designação pra comandar essa importante região. Concorda com o Presidente Gabriel Maranhão na suma importância da integração entre municípios e a PM, e coloca a entidade inteiramente à disposição e comprometida para trabalhar em conjunto com os municípios, para alcançar um cenário ainda melhor do que em 2014, ressaltando que foi o ano que alcançamos uma queda geral em todos os indicadores, com comportamentos distintos entre os municípios, mas queda significativa da criminalidade na região. Diz receber da Cel. Claudia Rigon o comando numa situação excelente e que pretendo incrementar o trabalho que vinha sendo realizado por ela. Com a palavra a Cel. Claudia fala que infelizmente sua passagem foi curta no comando, mas que foi designada para assumir a diretoria de pessoal da PM, e que a região estará em excelentes mãos com o Cel Cortez, ressaltando que a continuidade é importante e não será quebrada, pois a equipe permanece, os projetos também e com ênfase agradece o apoio de todos os prefeitos durante a sua permanência no comando. O Prefeito Carlos Grana deseja boa sorte à Cel. Claudia e diz que ela será sempre bem vinda à região e convida o Cel. Cortez para visitar seu gabinete, colocando-se à disposição para colaborar com a PM.

O Presidente agradece aos comandantes pela participação e passa ao ponto seguinte da pauta, que aborda a CRISE HIDRICA e os desdobramentos da reunião com a Prefeitura de São Paulo e a Secretaria Estadual de Recursos Hídricos. O Presidente Gabriel Maranhão relata sobre a reunião convocado pelo Prefeito Fernando Haddad,

no dia 28 de janeiro, que reuniu os 39 prefeitos da região metropolitana. A reunião teve três propostas que foram encaminhadas ao governo do Estado: 1. A formação de um comitê de crise com a participação das cinco sub-regiões da RMSP através dos respectivos Consórcios públicos intermunicipais, além da capital e do governo Estadual, para discutir e acompanhar a evolução da crise, coordenando as ações dos diferentes agentes; 2. A imediata apresentação do Plano de Contingência por parte da Secretaria Estadual de Recursos Hídricos e da Sabesp para o enfrentamento da crise, para que seja debatido, aprimorado e implementado através do comitê de crise; 3. A criação de um mecanismo de comunicação capaz de transmitir a real dimensão da crise e sintonizar os diferentes atores da RMSP e a sociedade civil no seu enfrentamento. O Presidente Gabriel Maranhão sugere que o Secretário de Gestão Ambiental de São Bernardo do Campo, João Ricardo Guimarães Caetano, seja indicado pelo colegiado de prefeitos para representar a entidade regional nas reuniões, acompanhando a presidência do Consórcio. Na sequência informa que no dia 03 de fevereiro foi publicado o Decreto nº 61.111, que institui, sob a coordenação da Secretaria Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos, o Comitê de Crise Hídrica no âmbito da Região Metropolitana de São Paulo, tendo por objetivo o intercâmbio de informações e o planejamento de ações conjuntas em face do correlato fenômeno climático que atinge parte do território estadual. O Comitê prevê a participação de cinco presidentes de consórcios da Região Metropolitana, entre eles o do Grande ABC. O Presidente relata sua preocupação com o que temos ouvido na mídia, principalmente com relação ao rodízio de cinco dias sem água por dois com água, e que poderia ser adotado pela Sabesp. Declara preocupação também com a possibilidade de remoção de mais 4 a 5 m<sup>3</sup>/s da represa Billings e as possíveis tratativas para bombear água do Rio Pinheiros, o que iria aumentar ainda mais a contaminação da represa. Sendo assim, sugere levar esses questionamentos e cobrar também a participação da Sabesp nesse fórum, que no decreto de criação do Comitê não aparece. O Prefeito Lauro salienta a importância em verificar se todos os prefeitos estão de acordo com a criação da lei de sanção que permite a penalização ao usuário, ressaltando que não é penalizando que você irá resolver a questão da crise da água e diz ser contra a penalização, devendo ser adotadas outras medidas, sendo que algumas já foram adotadas em seu município. O Prefeito Luiz Marinho relata que a rigor temos dois diagnósticos, primeiro a ausência de um planejamento que levou a essa consequência e não temos uma solução de curto prazo, já que grande parte da água de São Bernardo ou Diadema, por exemplo, não cai em nossos rios ou reservatórios e sim no rio Tiete, por isso não há reaproveitamento da água das chuvas. As obras anunciadas ainda não preveem a captação da água de chuvas, já que não basta só interligar o atual sistema, o plano está incompleto e precisamos exigir do Estado um plano de investimento que responda os ajustes futuros. A outra questão é com relação à punição, precisamos verificar se vamos fazer ou não, e desde já declara ser contra a penalização. O Prefeito Donisete Braga relata que fez duas reuniões com moradores e a grande maioria defende a multa, afirmando que outros vizinhos estão desperdiçando água. Se diz surpreendido, pois nunca antes viu os moradores defenderem isso. Outra coisa que defendem é o rodízio de forma organizada, com informação prévia. O Prefeito Carlos Grana também esteve na reunião e acha importante a constituição do comitê, e diz que é preciso de um planejamento para atender escolas, hospitais e a atividade econômica também, comunicando

previamente a população. O Prefeito Lauro Michels fala que nem sempre o aumento de consumo de água significa o desperdício, dando como exemplo o aumento de produção das empresas, por isso acha que é preciso filtrar o que é consumo e o que é desperdício. Com a palavra, o secretário João Ricardo Caetano reforça os argumentos falando sobre as obras que não foram feitas e sobre o fato da Sabesp não conseguir apresentar um plano de contingência. Na ocasião, alerta também os prefeitos sobre duas questões: que o rodízio no abastecimento de água não seja uma responsabilidade das prefeituras, e sobre a possível retirada de maior volume de água da Represa Billings para abastecer os Sistemas do Alto Tietê e da Guarapiranga. Os dois anúncios que o Estado fez sobre a retirada de água, sendo 4 m<sup>3</sup>/s para o Alto Tietê e mais 1 m<sup>3</sup>/s para a Guarapiranga, totalizam a retirada de 16 m<sup>3</sup> por segundo de uma represa que tem capacidade de regularização de 15 m<sup>3</sup>/s, ou seja vai faltar 1 m<sup>3</sup>/s para a represa chegar ao seu nível adequado. A grande questão é retirar 16 m<sup>3</sup>/s tendo uma capacidade regular de 15 m<sup>3</sup>/s, sendo que para uma provável solução seria reverter o Rio Pinheiros para a Billings. João Ricardo reforça que precisamos ficar atentos, já que a proposta implica em possível bombeamento de água do Rio Pinheiros para suprir o déficit provocado pela retirada, aumentando a contaminação da represa. De acordo com o governador Alckmin, existiria um plano em andamento, mas não foram apresentados os detalhes. Por isso a importância de ter um Plano de Emergência, principalmente para garantir o abastecimento nos serviços essenciais. A constituição paulista prevê que só se pode reverter o Rio Pinheiros em dois momentos, em caso de enchente n capital ou para manter a operação da usina Henry Borden; em seguida, apresenta a evolução do volume armazenado nos reservatórios com uma comparação de fevereiro de 2010 a fevereiro de 2015 para mostrar que já vem sendo feito um processo contínuo de retirar mais água dos reservatórios do que eles conseguem repor. Ou seja, se o Estado não criar um plano de obras estruturais pra trazer mais água ao sistema, esse problema vai permanecer por muito mais tempo.

	fev/10	fev/11	fev/12	fev/13	fev/14	fev/15
RESERVATÓRIOS	VOLUME ARMAZENADO (%)					
Cantareira	97,9	90,1	76	52,6	20,6	5,4
Alto Tietê	89,9	79,6	63,4	55,3	42,9	11,5
Guarapiranga	84,7	80,5	79,7	67,4	64,8	49,8
Alto Cotia	105,1	102,3	63,6	94,2	59,8	30,6
Rio Grande	100,9	94,2	92,4	91,4	90,9	76,4
Rio Claro	101,9	101,9	101,9	84,4	95,1	30,4



Por fim, o Secretário João Ricardo fala da implantação do rodízio que deve ser informado pela Sabesp, reforçando que a empresa tem o dever de informar como será feito o atendimento a hospitais, escolas e outros equipamentos públicos de caráter essencial. Deliberação: os prefeitos deliberaram que o Secretário João Ricardo será o representante no Comitê da Crise Hídrica, definindo que seja feita na primeira reunião a reivindicação que a SABESP participe oficialmente do comitê, além de reiterar a necessidade de um Plano de Emergência e de um Plano de Comunicação que prepare a todos para um cenário de racionamento ou de rodízio, manifestando ainda a insatisfação com a punição ou multa aos moradores e a preocupação quanto à retirada de maior volume de água da Represa Billings para abastecer os Sistemas do Alto Tietê e Guarapiranga.

Na sequência o Presidente Gabriel Maranhão suspende a pauta para receber a visita do Ministro das Cidades, Sr. Gilberto Kassab, para discussão sobre o PAC Mobilidade. Além do ministro estão presentes também os Secretários Nacionais de Transporte e Mobilidade Urbana, Dario Lopes; de Saneamento Ambiental, Paulo Ferreira; e de Acessibilidade e Programas Urbanos, Luiz Ramos. A Secretária Nacional de Habitação, Inês Magalhães está representada por seu chefe de gabinete, Tarcísio Nunes. Também está presente o chefe de gabinete do Ministério, Arley Ayres. O Presidente Gabriel Maranhão inicia desejando boas vindas e agradecendo a presença do ministro e de sua equipe, parabenizando a forma direta e participativa com que o Ministério das Cidades vem trabalhando. O Ministro Kassab agradece a todos, considerando muito importante essa relação direta entre o Ministério das Cidades, o Consórcio e as Prefeituras da região. Apresenta sua comitiva colocando toda a equipe à disposição dos Prefeitos para ajudar nessa aproximação. Diz que a idéia é que os quatro secretários tenham um canal direto com a região, posto que há um grande número de obras em andamento nos municípios, como fruto da parceria entre Consórcio e Ministério, junto às sete cidades. Então foram analisados todos os projetos para que possamos cumprir com nossa missão. Afirma que o Grande ABC é uma das regiões mais importantes do país em relação à geração de empregos, movimentação da economia, e portanto deve ter destaque no campo da infraestrutura. Em seguida, o Secretário Nacional de Mobilidade, Dario Lopes cumprimenta a todos e informa que existem varias iniciativas em conjunto com a União e os municípios, e por conta disso existem demandas especifica dos contratos de Diadema, Mauá e Rio Grande da Serra, que haviam solicitado um enquadramento na Caixa para ter mais prazo. O secretário anuncia que são dois enquadramentos possíveis e que a primeira etapa pode ser apresentada até junho e a segunda até dezembro de 2015. Então esses quatro projetos foram

enquadrados na prorrogação do prazo de projeto. Essa demanda está atendida. O Secretário Nacional de Saneamento, Sr. Paulo Ferreira, afirma que especificamente temos em São Bernardo do Campo 18 atividades, além de 23 em Diadema, 15 em Santo André, 4 em Mauá, 3 em Ribeirão Pires e 2 em São Caetano. Rio Grande da Serra não faz parte do processo porque ainda não atingiu 50 mil habitantes. Também alguns projetos com estação de reuso foram apresentados ao Ministério das Cidades. O Prefeito Lauro Michels faz uma observação referente ao projeto de Diadema no valor de R\$ 9 milhões, sem contrapartida, que já foi assinado pela Caixa em dezembro de 2014, mas o Ministério precisa ratificar o projeto para a Prefeitura executar a obra. Explica que o ajuste foi feito pelo por ele quando se passou a SANED para a Sabesp e havia dentro da SANED esse projeto. Os prefeitos falam sobre a crise hídrica e solicitam a participação do Ministro Kassab no Comitê da Crise. O Ministro solicita ao secretário Paulo Ferreira para que participe da reunião do Comitê e se coloca à disposição do Sr. João Ricardo para apoiar a participação do Consórcio. O Secretário Luiz Ramos informa que temos diversas ações de reabilitação urbana em Mauá e São Bernardo do Campo, além de ações em áreas de risco nos municípios de Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra e São Bernardo do Campo, e prevenção de encostas sendo realizadas em Diadema, Mauá, Santo Andre e São Bernardo. Na área de regularização fundiária existem 3 intervenções em Diadema, e uma pendência com os municípios de Santo Andre e São Bernardo do Campo, mas que em breve será repactuada. Presente também o Deputado Federal Goulart, que se coloca à disposição para ajudar os Prefeitos no que for preciso para a região junto à Câmara Federal. Na sequência, o Secretário Executivo Luis Paulo Bresciani faz uma breve apresentação sobre o Consórcio e sua formação. Informa que todos receberam um exemplar da revista do PPA Regional e ele destacará os programas que correspondem ao Ministério das Cidades, detalhando o que diz respeito ao PAC Mobilidade. Lembra que o PPA Regional foi um processo proposto pelo Prefeito Luiz Marinho, então Presidente do Consórcio, e elaborado ao longo de 2013, focando 5 grandes desafios que se desdobram em 11 programas, sendo que os cinco programas iniciais dizem respeito às áreas de atuação do Ministério das Cidades, a saber: 1-Mobilidade Urbana, detalhado depois pelo PAC Mobilidade; 2-Drenagem urbana, que é o carro chefe em 2015, dado que será publicada em breve a contratação do plano regional de drenagem; 3- Resíduos Sólidos, também na fase final para a contratação do plano regional de resíduos sólidos, com ênfase na coleta seletiva; 4- Redução de riscos ambientais e urbanos, um campo em que o Consorcio avançou muito priorizando a defesa civil, visando à redução de riscos com ênfase na remoção de moradias em risco muito alto, no total removemos 450 de 630 moradias em R4 em parceria com IPT e estamos prosseguindo em parceria com UFABC, a partir de um termo de cooperação assinado em janeiro que se desdobrara em projetos específicos como o plano diretor regional, entre outros. 5- Habitação, na lógica de uma política habitacional integrada, mas visando também à elaboração do diagnóstico habitacional da região, na lógica de uniformizar procedimentos e medidas. Sobre o Plano Regional de Mobilidade, nota que é um projeto que vem sendo conduzido pelo Consorcio desde 2011, quando o então presidente do Consórcio, Prefeito Mário Reali, apresentou aos demais prefeitos a necessidade e importância da elaboração de um Plano Regional de Mobilidade. A proposta foi desenvolvida com recursos da ordem de R\$ 1 milhão, oriundos do Estado e de fonte própria. O Plano de Mobilidade foi iniciado em meados de 2012 e

desenvolvido com ampla participação dos técnicos e gestores dos municípios e identificou uma rede regional de transportes, propondo ações de articulação e integração da malha viária e medidas de priorização para o transporte coletivo, com a identificação de 16 eixos viários regionais no Grande ABC e uma série de intervenções foram mapeadas. Em abril de 2013 foi feita a entrega do Plano de Investimentos em Mobilidade Urbana na Região do Grande ABC à Ministra do Planejamento, Miriam Belchior, e no mesmo ano a Presidenta Dilma Rousseff anunciou investimentos de R\$ 2,1 bilhões para o ABC, divididos em duas etapas. Em julho de 2014 foi feita a assinatura dos contratos iniciais, com a Presidenta Dilma em Brasília, inicialmente envolvendo 4 dos 16 eixos regionais: Corredor Sudeste; corredor Guido Aliberti/Lauro Gomes/Taioca; corredor Alvarenga/Robert Kennedy/Couros; e Ligação Leste Oeste. Isso significa recursos na primeira fase de R\$ 1 bilhão em obras, sendo R\$ 31,6 milhões para projetos. A pedido do Ministro das Cidades, o Secretário Executivo do Consórcio irá encaminhar as duas apresentações para o chefe de gabinete Arley Ayres com inclusive os valores e contratos em análise na Caixa, mas reforça que isso também está mencionado no ofício que será entregue ao Ministro Kassab no final da reunião. O Prefeito Lauro Michels agradece a disponibilidade do Ministro e dos seus secretários, parabenizando por sua atitude de vir ao Grande ABC ouvir as solicitações dos Prefeitos e informa que fez um ofício com as principais demandas da cidade de Diadema que estão no Ministério das Cidades em análise ou em processo na Caixa Econômica Federal, aguardando uma devolutiva; em seguida formaliza a entrega do ofício com todas as demandas. O Presidente Gabriel Maranhão informa sua pretensão de fazer uma agenda envolvendo Consórcio, CEF e municípios, a fim de estreitar essa ponte e verificar as pendências de cada Prefeitura, entregando o ofício com a relação de demandas nos projetos que abrangem os municípios consorciados e ações relacionadas à urbanização de favelas e produção de moradias, contenção de encostas, saneamento, abastecimento de água e pavimentação, que necessitam de atuação do Ministério das Cidades para sua continuidade. O documento solicita também a prorrogação de cláusulas suspensivas nos contratos do PAC Urbanização de Favelas em Santo André, Mauá e Diadema e no PAC Encostas em Mauá e Diadema, bem como a prorrogação de calendário e emissão de novos empenhos no PAC Saneamento em Diadema, no PAC Mobilidade em Rio Grande da Serra e Mauá, e no PAC Saneamento Integrado em Diadema. Por fim, foi solicitada autorização de assinatura de contratos de financiamento com recursos do FGTS para o programa Saneamento para Todos em Santo André e São Caetano do Sul, para o Programa Pró-Transporte em Ribeirão Pires, Santo André e São Bernardo, para o Programa Pró Moradia em Santo André e São Bernardo, e para o Programa Médias Cidades/CPAC em Santo André. Deliberação: todas as questões referentes à mobilidade, saneamento, habitação e desenvolvimento urbano foram abordadas e foi criado um canal no Ministério das Cidades, por meio do qual cada prefeito terá uma relação direta com os secretários nacionais das diferentes áreas temáticas para que haja celeridade na implantação das ações. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por cumprida a ordem do dia e encerrou a Assembleia Geral, às 12h, cuja ata, após lida e achada conforme, vai assinada pelos Excelentíssimos Senhores Prefeitos. Eu, Luis Paulo Bresciani, Secretário Executivo do Consórcio, digitei, conferi e assino abaixo. -----  
Região do Grande ABC, em 09 de fevereiro de 2015.

Prefeitos signatários, presentes na 59ª Assembleia Geral Ordinária.

LUIS GABRIEL FERNANDES DA SILVEIRA  
PRESIDENTE  
Prefeito do Município de Rio Grande da Serra

LUIZ MARINHO  
VICE-PRESIDENTE  
Prefeito do Município de São Bernardo do Campo

CARLOS ALBERTO GRANA  
Prefeito do Município de Santo André

PAULO NUNES PINHEIRO  
Prefeito do Município de São Caetano do Sul

LAURO MICHELS SOBRINHO  
Prefeito do Município de Diadema

DONISETE BRAGA  
Prefeito do Município de Mauá

LUIS PAULO BRESCIANI  
Secretário Executivo da Presidência

---

Nota: Abaixo da linha supra não fazem parte quaisquer termos constantes na Ata da 59ª Assembleia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal Grande ABC.